

Mineiros preferem se omitir

Ao invés de promover uma operação "mãos limpas", os deputados estaduais mineiros preferiram lavar as mãos. Eles repassaram ao Ministério Público a responsabilidade de julgar denúncias contra quatro parlamentares da Assembléia Legislativa por desvio de subvenções sociais e indícios de irregularidades no repasse dessas verbas a entidades filantrópicas. "Perdeu-se uma grande oportunidade de ver o País passado a limpo", lamenta o deputado Zaire Resende, integrante da CPI da Corrupção do Orçamento e voz contrária a de seus companheiros peemedebistas de Minas Gerais. Conforme o deputado, os únicos partidos favoráveis à apuração das ausações foram o PT, PSDB, PSB e PSC. Os deputados denunciados são do PP, PTB e PSDB.

Segundo o presidente da As-

sembléia Legislativa de Minas, deputado José Ferraz (sem partido), a transferência da decisão ocorreu pelo fato das acusações se referirem "a eventuais irregularidades" acontecidas após a liberação dos recursos pela Associação Feminina de Assistência Social — entidade dirigida pelas esposas dos deputados. Mesmo assim, para Ferraz, estes assuntos são considerados "extras assembléia". Enquanto isso, novas denúncias se acumulam na Mesa do Legislativo mineiro. De acordo com a liderança petista, o atual prefeito de Governador Valadares, Paulo Soares de Oliveira, teria liberado Cr\$ 2 milhões antigos, em setembro de 90, para construção da sede de uma entidade assistencial, cujo endereço é a própria residência do prefeito. (S.B.)